COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.353, DE 2004

Inclui os artigos e os parágrafos abaixo, onde couber, na Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, renomeando os demais artigos

Autor: Deputado Eduardo Valverde

Relator: Deputado Pedro Corrêa

I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, de iniciativa do Deputado Eduardo Valverde, pretende incluir dispositivos na Lei n.º 5.859/72, que trata do empregado doméstico, a fim de estabelecer a idade mínima de 16 anos para a contratação, bem como dispor sobre a fiscalização para o descumprimento dessa norma.

Justifica o Projeto alegando que o Brasil assinou, na Colômbia, em 6 de junho de 2003, a “Carta de Cartagena de Índias – Construindo uma América Latina e um Caribe livres do trabalho infantil doméstico”. Entre as várias recomendações para enfrentar o problema, está o desenvolvimento de ações integradas e sustentáveis entre o governo, sociedade civil e as próprias crianças. Por isso, “adequar a norma pátria, com o fito de permitir a ação preventiva do Estado, na proteção do trabalho, principalmente, para coibir tal tipo de abusos, é condição necessária para a erradicação, considerando que o local da prestação de serviço doméstico é o aconchego do lar, que acoberta a incidência da irregularidade.”

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Merece louvor a iniciativa do ilustre autor do Projeto. Os trabalhadores domésticos, em sua maioria mulheres, merecem toda atenção no que diz respeito à promoção de seus direitos trabalhistas. Estamos de acordo com a preocupação do Projeto em relação ao trabalho doméstico infantil. Sabemos também que as condições específicas em que essa atividade se desenvolve favorece o uso da mão-de-obra infantil e dificulta a fiscalização.

Todavia, discordamos da forma encontrada para erradicar o trabalho infantil doméstico. Isso porque o trabalho para qualquer menor de dezesseis anos é terminante proibido nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal que determina a:

“Art. 7º

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

Como se vê, o texto constitucional é de clareza solar e não deixa dúvidas de que o trabalho doméstico para menores de dezesseis anos está terminantemente vedado.

Trata-se de um dispositivo de eficácia imediata, pois não depende da edição de um lei infraconstitucional para regulamentar os seus efeitos. De modo que o acréscimo, na Lei n.º 5.859, de 1972 , de uma proibição

para trabalho doméstico aos menores de dezesseis anos, não produz nenhum efeito jurídico novo.

A mesma sorte tem o art. 2º do Projeto ao atribuir competência à Delegacia Regional do Trabalho para apurar infração trabalhista na tomada de trabalho doméstico. Cabe ao Ministério do trabalho, por meio de suas Delegacias Regionais, fiscalizar o cumprimento das normas tutelares da relação de emprego e isso se aplica ao trabalho doméstico sem sombra de dúvida.

Infelizmente, o Projeto pretende apenas repisar a legislação existente, repetindo aqui o que já se disse alhures. Esse procedimento é desaconselhável, porque a edição de uma nova lei só se justifica para inovar juridicamente, para criar direito novo. Esse Projeto, se convertido em lei, serviria apenas como uma reafirmação do texto já legislado, o que, no caso, é grave, porque implica dizer que o texto constitucional precisaria ser reafirmado para ter eficácia, seguindo o velho esquema da “lei que pega” e da “lei que não pega”.

Na verdade, o que se observa é que o legislador, nessa matéria, esgotou sua tarefa. Proibiu simplesmente qualquer trabalho ao menor de dezesseis anos. Ao elevar tal proibição à condição de norma constitucional, tornou-a incontrastável pela legislação ordinária presente ou futura. Fica claro, então, que a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no meio doméstico ou qualquer outro não depende mais do legislador, que já proscreeu a contratação de menores de dezesseis anos, autorizando o Estado a reprimir a conduta de quem desafiar a determinação constitucional.

Assim, não vemos coerência entre o Projeto e sua justificativa, que se propõe a “adequar a norma pátria, com o fito de permitir a ação preventiva do Estado”. Os instrumentos legais, como se vê, já existem. A questão reduz-se, então, às medidas administrativas necessárias para dar

coercibilidade à lei. Nesse sentido, legislar novamente a mesma lei é contribuir para mascarar a inexistência de mecanismos de repressão a essa prática ilegal.

É necessário trabalhar para que o Executivo, por meio dos seus órgãos competentes, faça cumprir a lei, por meio da aplicação de multas previstas na legislação em vigor e da educação e conscientização da sociedade, além do desenvolvimento de estratégias de fiscalização eficazes, de acordo com a natureza e o local da prestação laboral. Esse é o desafio real.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei n.º 3.353, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Pedro Corrêa
Relator

2005_216_Pedro Correa_198

AB0A044452 *AB0A044452*